

Artigo submetido a 30 de Maio 2022; versão final aceite a 18 de Dezembro de 2022  
Paper submitted on May 30, 2022; final version accepted on December 18, 2022  
DOI: <https://doi.org/10.59072/rper.vi68.542>

# **A Resistência e Recuperação Económica das Regiões Portuguesas em Períodos de Crise**

## **The Resistance and Economic Recovery of Portuguese Regions in Times of Crisis**

**Márcio Ferreira**

*marcioferreira16@hotmail.com*

Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT) e Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP)

**Teresa Sá Marques**

*teresasamarques@gmail.com*

Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT) e Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP)

### **Resumo**

Nas duas últimas décadas, Portugal tem vindo a vivenciar períodos recessivos em termos económicos que colocam o país sob pressão social. O conceito de resiliência está cada vez mais nas agendas políticas nacionais e internacionais e reflete-se nos Planos de Recuperação e Resiliência (PRR) dos diferentes países europeus. Os PRR pretendem apoiar a recuperação dos países europeus do recente choque pandémico e preparar as organizações para outros eventuais choques, interligando a importância de aumentar a resiliência às alterações climáticas com a necessidade de apoiar a transição digital. Esta investigação tem como objetivo analisar a capacidade de resistência e recuperação das sub-regiões portuguesas (NUT III), entre 2000 e 2019. Primeiro, efetuou-se uma análise temporal aos ciclos económicos do emprego e do PIB, com o objetivo de identificar os períodos recessivos e de crescimento em Portugal. Em seguida, calcularam-se os índices de resistência e de recuperação e comparou-se os resultados nos dois períodos. Por fim, analisa-se a crise com mais impacto e relacionam-se os índices de resistência e recuperação com um conjunto de indicadores económicos. Consta-se que primeira crise (2002) foi pouco expressiva a nível nacional e teve impactos territorialmente assimétricos; a segunda crise (2008) teve fortes repercussões a nível nacional e também em termos regionais. Consta-se que as sub-regiões portuguesas têm capacidades de resistência e recuperação distintas, confirmando a heterogeneidade e a desigualdade territorial. Esta heterogeneidade relaciona-se com a estrutura económica sub-regional, identificando-se perfis territoriais homogéneos.

*Palavras-chave:* Resiliência Regional, Resistência, Recuperação, Portugal.

*Códigos JEL:* R10; R11; R13; O18.

### **Abstract**

In the last two decades, Portugal has experienced periods of economic recession that have put the country under social pressure. The concept of resilience is becoming increasingly present in national and international policy agendas and is reflected in the Recovery and Resilience Plans (RRP) of different European countries. The RRP aim to support the recovery of European countries from the recent pandemic shock and prepare organizations for other possible shocks, linking the importance of increasing resilience to climate change with the need to support the digital transition.

This research aims to analyze the resilience and recovery capacity of Portuguese sub-regions (NUT III), between 2000 and 2019. Firstly, a temporal analysis of the economic cycles of employment and GDP was carried out to identify the recessive and growth periods in Portugal. Then we calculated the resistance and recovery indexes, analyzed the results in the two periods and then compared both. After these procedures, the crisis with the most impact was analyzed, and the indices of resistance and recovery were engaged to a set of economic indicators. We conclude that the first crisis (2002) was not very expressive at the national level and had asymmetric impacts in a regional outlook. In contrast, the second crisis (2008) had strong repercussions at national level and in regional terms. We observe that Portuguese sub-regions have distinct resistance and recovery capacities, confirming the heterogeneity and territorial inequality. This heterogeneity is related to the sub-regional economic structure, where we identify homogeneous territorial profiles.

*Keywords:* Regional Resilience, Resistance, Recovery, Portugal.

*JEL codes:* R10; R11; R13; O18.

## 1. INTRODUÇÃO

Vivemos em momentos de grande incerteza e de rápida mutação. Lidar com esta imprevisibilidade exige capacidade de reação e de resiliência por parte dos territórios. Hoje existe um interesse crescente em perceber se os territórios são capazes de enfrentar e ultrapassar as crises e os choques e se conseguem autorregenerar (Hassink & Gong, 2020; Martin & Gardiner, 2019). As cidades, regiões e países estão constantemente expostos a vários eventos, muitos deles imprevisíveis ou difíceis de prever e quantificar, que podem pôr em causa a sua estabilidade social, económica e territorial, afetando as suas populações (Davoudi, 2012; Fastenrath, et al, 2019). Esta imprevisibilidade e instabilidade foi comprovada pela forte propagação da pandemia Covid-19 e, mais recentemente, pelo impacto do conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia.

O início do século XXI está a ser marcadamente condicionado por crises económicas e sociais. Na transição do século, Portugal adotou a moeda única europeia, que se perspectivava como algo bastante positivo para a economia do país: "...uma maior estabilidade monetária e financeira contribuiria para promover o crescimento económico; por outro lado, uma maior integração dos mercados de bens e serviços e dos mercados de trabalho e de capitais geraria ganhos de eficiência" (Aguar-Conraria et al, 2012, p.300). No entanto, os impactos acabaram por ficar aquém do esperado, pois a economia portuguesa continuou a apresentar fracos desempenhos económicos (Frade et al, 2006; Farto, & Morais, 2013). Segundo os autores, foram desencadeados um conjunto de fatores, a redução de juros e o fomento do crédito pelas entidades bancárias, mas isso também levou ao endividamento das empresas e famílias, e ao aumento do consumo. E, em simultâneo, o país atravessou um período de instabilidade política, que se refletiu no aumento dos impostos e nos consideráveis cortes nas despesas públicas (Frade et al, 2006; Farto, & Morais, 2013).

Em 2002 sentiu-se uma recessão marcada pela contração do consumo e do investimento das empresas, num contexto de instabilidade e desconfiança dos agentes económicos (CDCEP, 2021a). Mais tarde, a crise económica e financeira internacional de 2008 determinou a aplicação de duras políticas de austeridade em Portugal, tendo-se registado elevados níveis de desemprego, quebras nas exportações, aumento da pobreza e o enfraquecimento do sistema de segurança social, num contexto de incerteza e grande insatisfação social (Hespanha et al, 2013; Seixas et al, 2015; Marques & Matos, 2016). Depois, o país parece prosperar com o turismo e o imobiliário, mas, entretanto, surgiu novamente um novo choque, desta vez de carácter pandémico (COVID-19), transversal e impetuoso, que ainda está em curso e é ainda cedo avaliar. À pandemia veio-se juntar uma situação de forte instabilidade na Europa decorrente da guerra entre a Rússia e a Ucrânia e da emergência de uma crise energética com fortes impactos.

Perante este clima de incerteza e imprevisibilidade esta pesquisa pretende responder à seguinte questão: nas últimas crises, as sub-regiões portuguesas apresentam algum padrão de resistência e capacidade de recuperação, evidenciando-se diferentes perfis territoriais? Para responder a esta questão, começa-se por identificar os períodos recessivos e de recuperação, a partir do comportamento nacional do produto interno bruto (PIB) e da população empregada, nas últimas duas décadas. Depois analisa-se o comportamento desses dois indicadores por sub-regiões, nos períodos recessivos

e de recuperação. Em termos metodológicos, aplicam-se análises quantitativas-descritivas, para de-  
tetar os ciclos económicos e construir índices de resistência e recuperação.

De seguida, dirigimos a pesquisa para a crise de 2008-2013, pois foi a que teve mais impactos  
nacionais e regionais. Com o objetivo de identificar as diferenciações regionais na resposta à crise  
económica de 2008-2013, em termos de resistência e recuperação (2013-2019), fizeram-se um con-  
junto de procedimentos metodológicos.

Neste artigo começa-se por fazer um enquadramento teórico dirigido ao conceito de resiliência  
(secção 2), sistematizando algumas das principais abordagens e enquadrando a análise aqui desen-  
volvida. Depois, na secção 3, é sistematizada a metodologia utilizada nesta pesquisa. Na secção 4,  
primeiro identificam-se os períodos recessivos, e depois aborda-se a capacidade de resistência e  
recuperação sub-regional em cada crise e a possível relação entre elas. No final, identificam-se 5  
perfis territoriais, que compartilham similaridades nas capacidades de resistência e de recuperação  
e estão, em parte, relacionadas com as suas estruturas económicas regionais. Na secção 5 faz-se uma  
sumula das principais conclusões.

## 2. A RESISTÊNCIA E A RECUPERAÇÃO ECONÓMICA NA ABORDAGEM TEÓRICA DA RESILIÊNCIA

Há décadas que as áreas de engenharia, psicologia e medicina desenvolvem ensaios e estudos  
sobre resiliência. A primeira definição de resiliência pode ser encontrada na Encyclopedia Britan-  
nica (1824), onde é definida como “a capacidade de um corpo tenso recuperar o seu tamanho e forma  
após uma deformação causada especialmente por stress compressivo” ou ainda “uma capacidade de  
recuperação ou ajuste fácil ao infortúnio ou à mudança” (Stanickova & Melecký, 2018; Palekiene  
et al 2015). Recentemente este conceito foi adotado pela ecologia, pelos estudos ambientais e pelas  
ciências sociais e passou a ter uma maior abrangência e aplicabilidade (Martin, 2012). Devido ao  
seu carácter interdisciplinar, nos últimos anos registou uma forte e múltipla evolução teórica e me-  
todológica (Moser et al, 2019). A sua abrangência torna a sua interpretação difícil, pois engloba  
diversas perspetivas e visões (Moser et al, 2019). O conceito de resiliência é também alvo de um  
conjunto de críticas pela comunidade científica. Questiona-se o seu uso indiscriminado e excessivo,  
que o tornaram numa “buzz word”. Sendo muito utilizado, acabou por ter múltiplos significados e  
gerar confusões conceptuais. Além disso, alguns autores consideram que houve uma tradução acrí-  
tica da resiliência dos sistemas naturais para as abordagens sociais. E que alguns continuam a en-  
tender que a resiliência significa sobretudo o retorno à situação de partida, ao estado anterior à crise  
ou ao choque (bounce-back, etc) (Moser et al, 2019; Meerow & Newell, 2019).

Martin, 2012 e Martin & Sunley, 2020, sistematizam as várias perspetivas em torno de quatro  
interpretações: a resiliência na perspetiva da engenharia; a resiliência ecológica; a resiliência adap-  
tativa ou evolucionista; e a resiliência transformativa.

A primeira perspetiva, a “resiliência na engenharia”, é uma das noções mais abrangente e das  
mais utilizadas, que associa a resiliência a um regresso à normalidade. Esta noção sustenta-se, em  
parte, na origem etimológica da palavra latina *resilire*, onde se presume que algo (objeto, estrutura,  
sistema) que tenha sido sujeito a algum tipo de pressão, causando uma disrupção, consegue suprimir  
essa pressão e retomar ao seu ponto de equilíbrio, mais conhecido como bounce back (Martin &  
Sunley, 2015; Ringwood et al, 2018). Assim, o termo é utilizado para refletir a resistência de um  
sistema a perturbações impostas por choques inesperados, e a partir daí avalia-se a velocidade/rapi-  
dez de recuperação para voltar ao estado anterior à perturbação. Como refere Fratesi, U. & Rodri-  
guez-Pose (2016), a capacidade de um sistema regressar ao seu estado inicial após um choque  
disruptivo. Nesta definição assume-se que um sistema antes de ser atingido por um choque, está em  
equilíbrio e num estado considerado como estável. Assim, um sistema resiliente é aquele que é me-  
nos vulnerável aos choques ou que regressa mais rapidamente ao seu estado de equilíbrio (Walker  
et al, 2006).

A segunda perspetiva é a “resiliência ecológica”, introduzida por C. S. Holling em 1973, refere-  
se à capacidade de um sistema absorver um choque sem alterar a sua estrutura e/ou identidade. Esta  
perspetiva foca-se no papel dos choques, ou das perturbações, levarem um sistema para lá do seu  
“limite de elasticidade”, para um novo estágio. Assim, a resiliência mede a capacidade de absorção  
de um sistema, face à magnitude de um choque ou perturbação, antes do sistema mudar de forma,

função ou posição (Holling, 1973, 1996). Mais tarde, no final dos anos 80 (Holling, 1996), a resiliência passa a ser a capacidade de um sistema absorver choques e se organizar, passando por mudanças, conseguindo reter a sua função, estrutura, identidade e feedbacks (Walker et al, 2006).

A terceira abordagem, a “resiliência adaptativa”, ou como alguns referem a “resiliência evolutiva” (Simmie & Martin, 2010; Boschma, 2015; Martin & Sunley, 2020), explora, de certa forma, a teoria dos sistemas adaptativos complexos (CAS), dos ciclos adaptativos e da teoria evolutiva (Martin & Sunley, 2020). Esta perspetiva questiona a existência de equilíbrios e defende que a natureza dos sistemas pode mudar ao longo do tempo, com ou sem a ocorrência de perturbações externas (Scheffer, 2009). O mundo, em vez de ser visto como um sistema ordenado, mecânico e razoavelmente previsível, passa-se a ser encarado como um sistema caótico, complexo, incerto e imprevisível (Davoudi et al, 2012). Nesta perspetiva, a resiliência não é um regresso à normalidade, mas a capacidade de um sistema mudar, adaptar e, fundamentalmente, se transformar em resposta a choques e perturbações (Carpenter et al, 2005; Davoudi et al, 2012; Martin & Sunley, 2020).

Por fim, existe uma interpretação mais radical de resiliência, que interpreta a resiliência enquanto processo de transformação sistémica. O choque experienciado pelo sistema põe em causa a sua sustentabilidade e viabilidade, e a única solução passa por uma reformulação/transformação completa da estrutura do sistema, das suas funções e mecanismos. Nesta perspetiva é necessário ir além de uma adaptabilidade parcial ou seletiva do sistema em si, é preciso redirecionar e reorientar as dinâmicas do sistema com o objetivo de alcançar um estado mais viável e sustentável (Dudin et al, 2013; Martin & Sunley, 2020).

Na geografia económica e na economia em geral, as pesquisas em torno da resiliência ganharam notoriedade e interesse, sobretudo, a partir da crise económica e financeira de 2008. Inicialmente, a literatura científica focava-se sobretudo em procurar compreender a capacidade de um território, após um choque económico, regressar aos níveis anteriores ao choque em termos de crescimento económico, produção ou emprego (Sabatino, 2019). Concretamente, a sua capacidade de resistir à recessão e depois a sua capacidade de recuperar, voltar a crescer.

Numa perspetiva regional mais avançada, a capacidade de uma região responder aos choques e perturbações resulta de uma conjugação complexa de fatores, nomeadamente das suas características intrínsecas, a sua estrutura social e económica, os níveis de internacionalização, os graus de confiança política e a eficácia da governança, entre outros aspetos (Fingleton et al, 2012). A mera existência de recursos regionais (económicos, sociais, infraestruturais, ambientais) não garante que a sua utilização e gestão seja eficaz, mas também a sua inexistência pode criar fragilidades e vulnerabilidades ao tecido económico. A resiliência regional também não é estática, pode ser reforçada ou enfraquecida ao longo do tempo, estando dependente da evolução de diversas variáveis (internas e externas). Os fatores de instabilidade podem afetar apenas partes do sistema ou alterá-lo profundamente, dependendo da natureza e intensidade das perturbações e das características da região (Giacometti & Teräs, 2019). Com isto, concluiu-se que analisar a resiliência de um território à escala regional exige uma compreensão profunda da estrutura económica interna e, simultaneamente, uma forte perceção das mudanças macroeconómicas em curso.

Este artigo não pretende ser uma abordagem empírica global ao conceito de resiliência, mas um contributo para uma primeira descrição e análise das capacidades regionais de resistir e recuperar face às crises económicas. Ao assumir essa posição, avança-se para uma abordagem concetual mais restrita, associada à perspetiva da “engenharia”, que valoriza a necessidade de “voltar ao estado inicial”, antes da crise.

### 3. METODOLOGIA

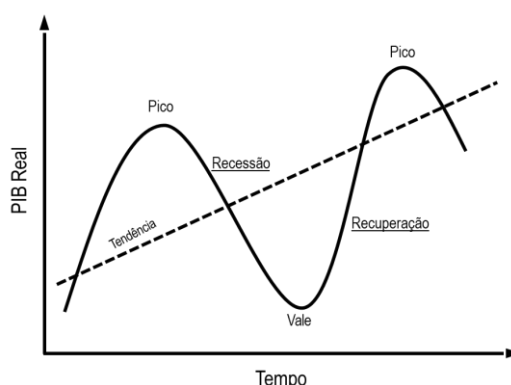
As abordagens conceptuais evoluíram e tornaram-se mais complexas e as metodologias acompanharam essa dinâmica. Desta forma, desenvolveram-se análises quantitativas, mais ou menos descritivas e explicativas, sustentadas em indicadores econométricos, índices de resiliência e análises multivariadas. Outras pesquisas evoluíram para um registo analítico mais qualitativo, realizando workshops, entrevistas e inquéritos aos atores económicos, sociais e políticos. Outros investigadores procuraram conjugar várias abordagens metodológicas (Martin & Sunley, 2020).

Em termos metodológicos, este artigo desenvolve uma abordagem quantitativa-descritiva, inspirada por alguns autores de geografia económica (Martin & Sunley (2015; 2020), Muštra et al (2020), Martin & Gardiner (2019), Sensier et al (2016), Di Caro (2014), Fingleton et al (2012), Hill et al

(2012), Oprea et al, 2020, entre outros), restringindo a sua ambição, porque trata-se de um ponto de partida para uma investigação mais complexa e mais abrangente. Tendo essa investigação como objetivo abordar a resiliência a várias escalas territoriais, considerou-se pertinente começar essa pesquisa por uma análise quantitativa-descritiva à escala da NUT III. Assim, o objetivo deste artigo restringe-se a analisar os níveis de resistência e a capacidade de recuperação das regiões portuguesas face a um choque ou uma crise. Em termos temporais, a análise foca-se só no século XXI. Em termos de fontes de informação, utilizaram-se dados do Instituto Nacional de Estatística, EUROSTAT e ARDECO.

Primeiro, começou-se por fazer a análise das séries temporais da população empregada (2000-2020) e do produto interno bruto (PIB) a preços constantes (2000-2020), de modo a identificar os períodos temporais de recessão ou expansão da economia portuguesa neste século (através dos comportamentos do PIB e da população empregada). Para esse efeito, construíram-se gráficos de evolução do PIB e da população empregada, de modo a identificar os pontos de transição do ciclo económico nacional, permitindo quantificar as perdas existentes nos períodos de recessão e os ganhos nos tempos de recuperação. Estes pontos de transição são detetados através da análise dos gráficos de evolução do ciclo económico (Figura 1), onde se pode identificar os “vales” e os “picos” da economia, e consequentemente reconhecer as recessões e recuperações económicas. Em suma, um “pico” põe fim a uma expansão e um “vale” põe fim a uma recessão (Sensier et al, 2016).

Figura 1 – Ciclo económico.



Fonte: Elaboração do autor.

A seleção do PIB e da população empregada, como indicadores, segue as práticas da comunidade científica na avaliação e medição da resiliência económica dos territórios. Considera-se que o emprego é uma medida mais significativa que o PIB, porque contabiliza o número de pessoas empregadas na região, sendo menos sensível a revisões e não necessitando de sofrer deflações (Di Caro, 2014). Contudo, o PIB é também importante, pois é considerada uma medida padrão do desenvolvimento económico das regiões e tende a ser o indicador mais utilizado para medir, a entrada e a saída, nas recessões económicas (Sensier et al, 2016). De modo a possibilitar a análise do PIB e a sua evolução ao longo do tempo, sem a presença do efeito da inflação nos preços, optou-se por utilizar o PIB a preços constantes.

Neste artigo, seguindo outros estudos, optou-se por utilizar dados com uma escala temporal anual (Martin & Gardiner, 2019; Martínez et al, 2019; Hennebry, 2018; Cellini & Torrisi, 2014). Essa decisão foi motivada pela ausência de dados na escala temporal trimestral. Reconhece-se a importância do estudo destes indicadores a uma escala temporal trimestral, pois essa análise permitiria explorar os resultados mais imediatos da estrutura produtiva da economia portuguesa e desta forma poder-se esconder possíveis variabilidades trimestrais ao longo do ano (p.e: a sazonalidade influencia certos setores económicos, nomeadamente a sua produção).

Em primeiro lugar, começa-se por identificar a nível nacional os períodos recessivos e expansivos da economia portuguesa, pelos prismas do PIB e da população empregada, utilizando a lógica apresentada na figura 1. Em termos de enquadramento global, analisa-se também a importância do PIB e da população empregada das regiões portuguesas (por NUT III).

Posteriormente aplicaram-se métodos quantitativos habitualmente utilizados na avaliação da resistência e recuperação económica, sobretudo quando se pretende comparar territórios (cidades ou

regiões). Calcularam-se os índices de sensibilidade (resistência) e de crescimento (recuperação), tendo como referência os valores nacionais, visto que uma recessão nacional é um evento que abrange normalmente toda a economia (macro), e partindo do pressuposto que cada região que compõe essa economia poderá reagir da mesma forma (na população empregada ou no PIB). Caso não aconteça, significa que a região reagiu melhor ou pior que o expectável, face ao comportamento do país.

As fórmulas utilizadas para o cálculo dos índices de resistência e recuperação foram as adotadas em vários estudos (Martin, 2012; Di Caro, 2014; Martin et al 2016; Giannakis & Bruggeman, 2017; Faggian et al, 2018; Sabatino, 2019; Martin & Gardiner, 2019; Di Pietro et al, 2020). Especificamente, cada índice de cada região é calculado de acordo com as seguintes fórmulas:

$$R (\text{resistência}) = \frac{[(E_t^R - E_{t-1}^R)/E_{t-1}^R - (E_t^N - E_{t-1}^N)/E_{t-1}^N]}{|(E_t^N - E_{t-1}^N)/E_{t-1}^N|}$$

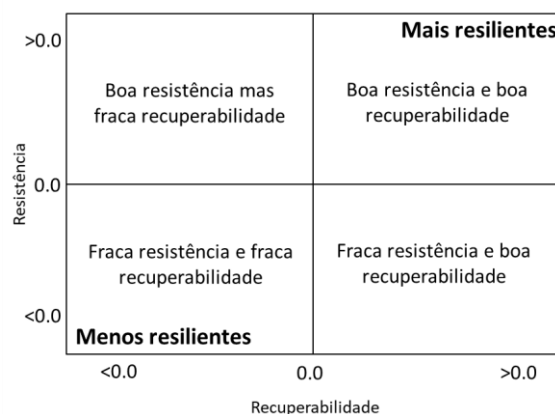
$$R (\text{recuperação}) = \frac{[(E_t^R - E_{t-1}^R)/E_{t-1}^R - (E_t^N - E_{t-1}^N)/E_{t-1}^N]}{|(E_t^N - E_{t-1}^N)/E_{t-1}^N|}$$

Nas duas fórmulas matemáticas: o  $E^R$  refere-se à população empregada numa região; o  $E^N$  diz respeito à população empregada a nível nacional. Na fórmula referente à Resistência: o t refere-se ao último ano de recessão; t-1 refere-se ao primeiro ano de recessão. Na fórmula referente à Recuperação: o t refere-se ao último ano de crescimento, pós-recessão; t-1 refere-se ao primeiro ano de crescimento, pós-recessão. O mesmo procedimento estatístico é desenvolvido para o PIB.

Os índices são construídos de forma semelhante. Ambos medem a diferença entre o crescimento (ou decréscimo) das sub-regiões face ao crescimento (ou decréscimo) do país. Um valor positivo de Resistência significa que a região é menos afetada pela recessão que o país e, de igual forma, um valor positivo na Recuperação mostra que a região tem uma maior capacidade de crescer e recuperar que o país. Um valor negativo de Resistência significa que a região é mais afetada pela recessão que o país e, de igual forma, um valor negativo na Recuperação mostra que a região tem uma menor capacidade de crescer e recuperar que o país.

Os resultados podem ser dispostos e organizados numa matriz onde se cruzam os resultados relativos à resistência e à recuperação de cada sub-região. Desta forma, podem-se identificar quatro tipos de sub-regiões (Figura 2): a) as sub-regiões mais resilientes apresentam boa resistência e uma boa recuperabilidade face ao país (corresponde ao quadrado superior direito do esquema); b) as sub-regiões que têm uma boa resistência, mas detêm uma fraca recuperabilidade (quadrado superior esquerdo); c) as sub-regiões que manifestam uma boa recuperabilidade, mas demonstram uma fraca resistência (quadrado inferior direito); d) as sub-regiões menos resilientes, que registam fracos índices de resistência e de recuperabilidade face ao país (canto inferior esquerdo).

**Figura 2 - Combinação da capacidade de resistência e recuperabilidade**



Fonte: Elaboração do autor. Adaptado de Martin et al. 2016.

Após a construção dos índices e sua análise, fizeram-se um conjunto procedimentos metodológicos complementares, tendo em vista analisar a crise de 2008, com fortes impactos nacionais:

- Primeiro, foram selecionados 12 indicadores que traduzem a evolução do PIB e do Emprego no período de crise (2008-2013) e no período pós-crise / recuperação (2013-2019) e fez-se uma Análise de Componentes Principais;

- Depois, com base nas componentes principais identificadas aplicou-se a classificação hierárquica ascendente (a partir das distâncias euclidianas e o critério de agregação de Ward). Nesta análise, um conjunto de indicadores ficaram ativos: os que integraram a Análise de Componentes Principais e definiram os perfis de resposta à crise; juntaram-se à análise um conjunto de indicadores passivos, ou seja, indicadores auxiliares de interpretação dos perfis (relativos à dimensão e à evolução de vários setores de atividade, em termos de pessoal ao serviço, número de estabelecimentos e volume de negócios, para cada região).

- Por fim, com base nas classes identificadas, passou-se à sua descrição.

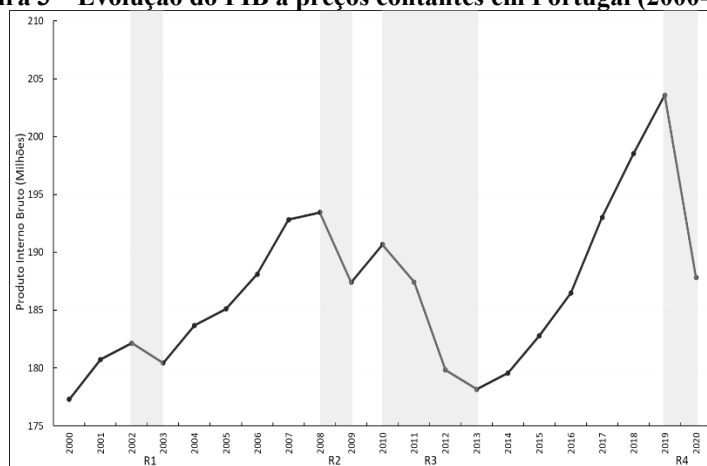
## 4. DUAS CRISES: RESISTÊNCIA E RECUPERAÇÃO SUB-REGIONAL

### 4.1 Identificação dos períodos de recessão

Ao analisar a evolução do PIB a preços constantes entre 2000 e 2020 em Portugal (Figura 3), identificam-se 3 períodos recessivos: 2002-2003; 2008-2009; 2010-2013; pós 2019. A 1ª recessão, entre 2002 e 2003 foi breve e de fraca expressão (o PIB diminuiu -0,9%). A 2ª recessão (2008 a 2013) foi muito extensa e de grande impacto (o PIB diminuiu -3,1% entre 2008 e 2009 e o pico entre 2011 e 2012 onde o PIB diminuiu -4,1%). Registaram-se dois momentos recessivos, interrompidos entre 2009-2010 (pois o PIB aumentou 1,7%), no entanto, é aceitável a agregação destas duas recessões numa só, pois este pequeno e breve crescimento é considerado uma exceção (*European Commission*, 2011) e pode ser explicado por vários fatores<sup>1</sup>. De acordo com os valores provisórios de 2020, prevê-se que Portugal esteja já numa nova recessão, pois houve uma quebra de -7,8% do PIB nacional de 2019 para 2020, justificada pela pandemia COVID-19 e pelas medidas de contenção aplicadas.

Tendo como referência a evolução da população empregada entre 2000 e 2020 (Figura 4), identificam-se também três períodos recessivos: 2002-2005; 2008-2013 e pós 2019. Na 1ª recessão a diminuição da população empregada prolongou-se no tempo (diminuiu de -1,9% entre 2002 e 2005). Na 2ª recessão a quebra do emprego foi brutal e estendeu-se ao longo de cinco anos (baixou -15,5%). Na 3ª o processo ainda está em curso (de acordo com os dados provisórios registou-se uma quebra de 2% na população empregada entre 2019 e 2020).

Figura 3 – Evolução do PIB a preços contantes em Portugal (2000-2020).



Fonte: Elaboração do autor; INE.

<sup>1</sup> A Comissão Europeia (2011) explicita esses fatores: a baixa inflação dos preços, impulsionada pela queda dos preços da energia; o aumento da procura e do consumo interno do consumidor final, pois perspectivava-se o aumento dos impostos indiretos, que veio mesmo a ocorrer em julho de 2010 e em janeiro de 2011 com o aumento do IVA, levando assim a que existisse uma antecipação das despesas; um crescimento mais intenso das exportações de bens e serviços por parte da comunidade internacional, enquanto as importações desaceleraram.

**Figura 4 – Evolução da População Empregada em Portugal (2000-2020).**



Fonte: Elaboração do autor; INE.

Ao analisar em simultâneo a evolução dos dois indicadores pode-se afirmar que, genericamente, em Portugal as recessões prolongam-se mais no tempo no emprego do que no PIB, demonstrando que os impactos sociais das recessões são mais prolongados do que os económicos. A recessão do PIB sucedeu entre 2002-2003 e a recessão na população empregada decorreu entre 2002-2005; na 2ª recessão económica, de 2008, a quebra do PIB prolongou-se até 2013, mas com uma breve interrupção, enquanto a recessão do emprego prolongou-se até 2013, sem interrupções ou sinais positivos.

Frederico Cantante (2020) explica isso, referindo que algumas empresas têm capacidade de reter o emprego (nomeadamente, as de maior dimensão), durante algum tempo, em períodos recessivos” (Cantante, 2020: p. 171). Além disso, muitas vezes desenvolve-se um contraciclo entre o crescimento da economia (medido pelo aumento do PIB) e o mercado de trabalho (registando-se quebras de emprego). Esta situação pode ser explicada por uma série de fatores, nomeadamente pelo reforço da automação e a diminuição da necessidade de pessoal. As melhorias tecnológicas, implementadas durante ou após um período de recessão podem proporcionar um aumento generalizado do PIB, da produção e da rentabilidade, levando a uma diminuição gradual ou à extinção de alguns postos de trabalho.

Na primeira recessão do PIB, iniciada em 2002, o país conseguiu atingir o valor registado na pré-crise, aproximadamente 2 anos e meio depois. No segundo período recessivo, iniciado em 2008, o país só conseguiu atingir os valores anteriores à crise em 2017, demorando praticamente uma década. Na população empregada, Portugal desde a crise de 2002 nunca mais conseguiu voltar aos valores de população empregada que detinha (5,143 milhões aproximadamente). Em 2008, quase que atingia esse valor (5,116 milhões aproximadamente) mas voltou a cair e entrou em recessão, chegando ao mínimo de 4,429 milhões de empregados em 2013. Desde então, tem vindo a recuperar (em 2020, 4,814 milhões), mas está ainda longe dos valores de 2002.

Como referimos, no 1º período recessivo, registou-se a quebra do PIB (2002 a 2003) e da população empregada (2002 a 2005). No início do século, a redução de juros e a facilitação do crédito (Lourtie, 2011) resultou num aumento do endividamento das empresas e das famílias, nomeadamente para a compra de habitação e outros bens ou serviços (Frade et al, 2006; Farto & Morais, 2013). Em simultâneo, com a adoção da moeda única, Portugal ficou obrigado a limitar o seu défice orçamental a 3% do PIB, de forma a equilibrar as contas públicas (CDCEP, 2021a; Pinto, 2014). Portugal aumenta os impostos e faz cortes consideráveis nas despesas públicas. A recessão sente-se na desconfiança dos agentes económicos, na diminuição dos investimentos das empresas e na contração do consumo (CDCEP, 2021a).

O 2º período de recessão prolongou-se entre 2008 e 2013, no que concerne à população empregada, embora tenha dado alguns sinais já em 2007, pois houve um decréscimo significativo do emprego. Em relação ao PIB, o período recessivo estendeu-se de 2008 a 2013 (com uma breve recuperação do PIB entre 2009 e 2010). Este período recessivo deveu-se a fatores externos. Tudo começou com a crise financeira de 2007-2008 iniciada nos EUA e que rapidamente se alastrou à economia internacional. Esta crise teve fortes repercussões no sistema financeiro português, levando a uma espiral recessiva do desemprego, um forte aumento da dívida pública (na tentativa de estimular socioeconómica, uma quebra da produção, uma desaceleração da capacidade exportadora, um aumento exponencial uma resposta à crise), cortes nos rendimentos dos portugueses e um aumento dos impostos (CDCEP, 2021b; CDCEP, 2021c; Valadas, C. 2013; Farto & Morais, 2013; Marques & Matos, 2016). Este cenário culminou com a necessidade de o país pedir ajuda financeira externa, nomeadamente ao Fundo Monetário Internacional.

O 3º período não será objeto desta pesquisa, porque a crise pandémica está ainda em curso (Paes Mamedé et al 2020; Marques, T.S. et al 2021). Entretanto, com a crise energética decorrente da

guerra entre a Rússia e a Ucrânia, estes dois choques estão a desencadear uma crise socioeconómica, com grandes impactos macroeconómicos, nas atividades, no mercado de trabalho e na sociedade em geral.

Assim, a análise vai focar-se nas duas crises. Na primeira crise, a análise dirige-se ao período de 2002 a 2008, na segunda crise ao período de 2008 a 2019. Comparando as duas crises a nível nacional, os impactos da 1ª crise no PIB e na população empregada são menores do que os da 2ª crise. A crise económico-financeira de 2008 foi claramente muito mais intensa, com maior duração e mais impactos.

## 4.2 A resistência e recuperação das sub-regiões portuguesas (2002-2019)

De modo a analisar a resiliência das sub-regiões portuguesas neste século, analisou-se os períodos de recessão e de recuperação do PIB e da População Empregada. Os períodos em análise são estruturados, no PIB e na População Empregada, da seguinte forma:

- entre 2002 e 2008, a recessão de 2002 a 2003 e a recuperação de 2003 a 2008;
- entre 2008 e 2019, a recessão de 2008 a 2013 e a recuperação de 2013 a 2019.

### 4.2.1 Produto interno bruto (2002 - 2019)

Ao analisar os resultados dos índices de resistência e de recuperação do PIB (Tabela 1 e Figura 5) é possível retirar algumas ilações sobre o comportamento das sub-regiões relativamente aos períodos de recessão e aos períodos de crescimento.

Ao analisar a tabela 1, onde se consegue comparar os dois períodos em análise, consegue-se demonstrar que no primeiro período (P1) de recessão, a capacidade de resistência foi mais desigual regionalmente, isto é, a capacidade de resposta das regiões foi muito diferenciada. Existem só nove sub-regiões (NUT III) que resistem menos que o país, sendo a recessão sentida sobretudo no noroeste do país (Cávado, Ave, AMP e Tâmega e Sousa) e no Baixo Alentejo. Existem NUT III que aparentemente não sentiram o impacto da crise.

No segundo período (P2) recessivo, que foi muito intenso e prolongado à escala nacional, catorze sub-regiões resistiram ainda pior que o país. As regiões mostraram níveis de resistência relativamente semelhantes, umas ligeiramente melhores que o país, outras ainda um pouco piores.

**Tabela 1 – Valores dos índices de resistência e dos índices de recuperação, do PIB<sup>2</sup>**

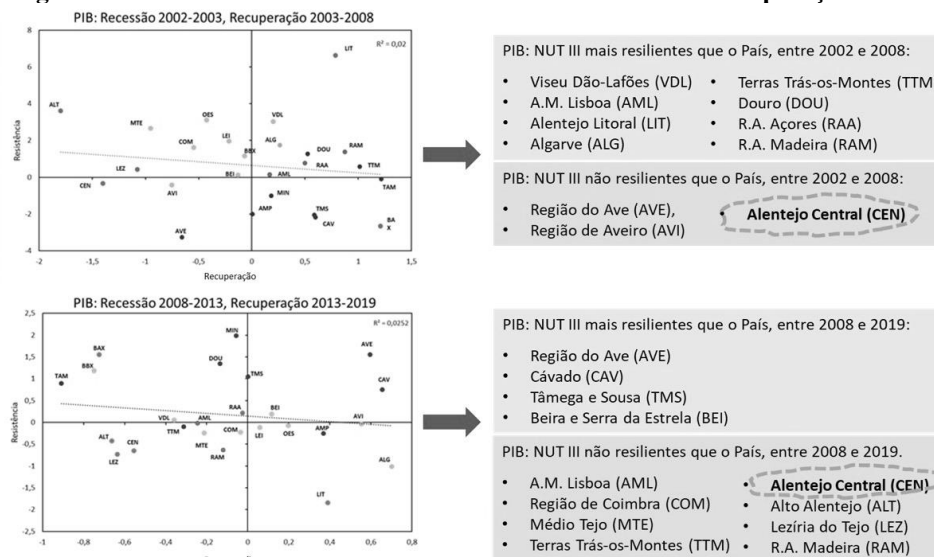
NUT III	Índice de resistência 2002-2003	Índice de resistência 2008-2013	Índice de recuperação 2003-2008	Índice de recuperação 2013-2019
Alto Minho	-1,01	1,99	0,18	-0,06
Cávado	-2,17	0,75	0,60	0,66
Ave	-3,27	1,55	-0,66	0,60
A. M. Porto	-2,00	-0,26	0,01	0,37
Alto Tâmega	-0,11	0,89	1,22	-0,91
Tâmega e Sousa	-2,04	1,04	0,59	0,002
Douro	1,26	1,34	0,53	-0,13
Terras de Trás-os-Montes	0,58	-0,10	1,01	-0,31
Oeste	3,11	-0,08	-0,42	0,20
Região de Aveiro	-0,42	-0,04	-0,75	0,55
Região de Coimbra	1,60	-0,23	-0,54	-0,03
Região de Leiria	1,95	-0,12	-0,21	0,06
Viseu Dão Lafões	3,01	0,05	0,20	-0,36
Beira Baixa	1,14	1,18	-0,06	-0,75
Médio Tejo	2,65	-0,25	-0,95	-0,21
Beiras e Serra da Estrela	0,10	0,18	-0,13	0,12
A. M. Lisboa	0,13	-0,02	0,17	-0,24
Alentejo Litoral	6,64	-1,85	0,79	0,39
Baixo Alentejo	-2,66	1,55	1,21	-0,72
Lezíria do Tejo	0,42	-0,74	-1,07	-0,63
Alto Alentejo	3,62	-0,43	-1,80	-0,66
Alentejo Central	-0,35	-0,65	-1,40	-0,55
Algarve	1,75	-1,02	0,27	0,70
R. A. Açores	0,75	0,21	0,50	-0,02
R. A. Madeira	1,37	-0,64	0,87	-0,12

Fonte: Elaboração do autor. Eurostat e ARDECO

<sup>2</sup> Na tabela, evidencia-se a cinzento-escuro as sub-regiões que apresentaram valores negativos (no índice de resistência ou no índice de recuperação) e a cor cinzento-claro as regiões que apresentaram valores positivos.

O mesmo se pode concluir quando se observa os índices de recuperação. Na primeira crise, a recessão foi sobretudo sentida em algumas regiões e a recuperação também o será. Na segunda crise, entre 2008 e 2019, o impacto da crise económico-financeira foi muito forte à escala nacional e esta repercutiu-se à escala regional, de forma intensa e relativamente homogênea, pois os índices resistência e recuperação a nível regional variaram pouco, não existindo grandes diferenciações regionais.

**Figura 5 – Cruzamento dos índices de resistência e índices de recuperação do PIB**



Fonte: Elaboração do autor. Eurostat e ARDECO.

Na figura 5 está representada a combinação das capacidades de resistência e de recuperabilidade das regiões relativamente ao PIB, sistematizado nos diferentes quadrantes, tal como foi referido no capítulo metodológico (Figura 2).

Na primeira crise, no PIB, só três NUT III mostraram-se não resilientes face ao comportamento do país (resistem menos e recuperam pior), a região do Ave, a região de Aveiro e o Alentejo Central. Além disso, várias NUT III da Região Norte têm comparativamente com o país, fraca capacidade de resistência, mas recuperam melhor - Cávado, Tâmega e Sousa, e Alto Minho. Comparativamente, o Douro resistiu bem e recuperou também bem (foi resiliente) e o Alto Tâmega e as Terras de Trás-os-Montes mostraram níveis de recuperação melhores que o país.

Perante a 2ª crise, a Região Norte resistiu relativamente bem (2008-2013) e recuperou razoavelmente (2013-2019). Na região do Centro, a maior parte das NUT III, face ao país, demonstraram capacidades de resistência à recessão, mas fracas capacidades de recuperação (à exceção da região de Aveiro que foi menos resiliente e Viseu Dão-Lafões que foi mais resiliente).

No período de 2008-2019, um grande número de sub-regiões conseguiu ser mais resilientes comparativamente com o país ou demonstraram capacidades de recuperação acima da média. A maioria das NUT III com menos peso económico, demonstram terem uma capacidade de resistência mais significativa, mas fraca capacidade de recuperação, sendo mais lentas na recuperação. Ou seja, de um modo geral, as economias mais frágeis resistem melhor, mas têm dificuldades em recuperar perante as recessões económicas.

Fazendo uma análise cruzada consegue-se encontrar algumas evidências, nomeadamente:

- nenhuma região foi resiliente nos dois períodos;
- o Alentejo Central foi a única região que não foi resiliente em nenhum dos dois períodos, tornando-se assim a região portuguesa menos resiliente, em termos de PIB;
- a AML, Terras de Trás-os-Montes e os Açores e a Madeira foram resilientes no primeiro período, mas no segundo não;
- no sentido oposto, a Região do Ave passou de região não resiliente para uma região resiliente no segundo período.

### 4.2.2 População Empregada (2002-2019)

Ao analisar os resultados dos índices de resistência e de recuperação do emprego (Tabela 2 e Figura 6), é possível evidenciar as regiões que possuíram melhores capacidades de resistência e de recuperação, na resposta às crises que vivenciaram.

Ao analisar a tabela 2, consegue-se comparar os dois períodos em análise, consegue-se demonstrar que, à semelhança do PIB, o primeiro período de recessão na ótica da População Empregada, a capacidade de resistência teve um carácter mais assimétrico, isto é, as diferenças de resposta das regiões foram mais desiguais, enquanto no segundo período recessivo existiu uma maior aproximação ao comportamento nacional, isto é, existe alguma convergência na intensidade de resistir à crise, pois as sub-regiões seguiram, mais ou menos, a tendência nacional.

**Tabela 2 – Valores dos índices de resistência e índices de recuperação do Emprego<sup>3</sup>**

NUT III	Índice de resistência 2002-2005	Índice de resistência 2008-2013	Índice de recuperação 2005-2008	Índice de recuperação 2013-2019
Alto Minho	-0,41	0,06	-1,47	0,01
Cávado	-0,41	-0,09	-0,55	0,27
Ave	-1,80	0,13	-3,67	0,23
A. M. Porto	-1,11	0,10	-0,35	0,20
Alto Tâmega	1,91	0,71	-4,48	-0,86
Tâmega e Sousa	0,20	-0,07	0,18	0,03
Douro	1,77	0,44	-6,65	-1,46
Terras de Trás-os-Montes	2,73	0,36	-2,62	-1,26
Oeste	-2,73	-0,32	4,06	-0,57
Região de Aveiro	-0,33	0,12	2,12	-0,07
Região de Coimbra	-0,71	-0,12	-4,16	-0,73
Região de Leiria	0,05	-0,26	-3,90	-0,16
Viseu Dão Lafões	1,26	0,07	-1,84	-0,55
Beira Baixa	0,47	0,14	0,67	-0,82
Médio Tejo	-2,88	-0,29	-7,02	-0,73
Beiras e Serra da Estrela	-0,13	0,12	-3,31	-1,07
A. M. Lisboa	0,38	0,12	2,79	0,42
Alentejo Litoral	1,22	-0,08	2,12	0,07
Baixo Alentejo	3,32	-0,04	-2,03	-0,65
Lezíria do Tejo	-1,14	-0,38	-0,21	-0,63
Alto Alentejo	0,37	-0,28	-2,79	-0,74
Alentejo Central	-0,85	-0,31	-1,35	-0,63
Algarve	3,96	-0,46	2,93	0,99
R. A. Açores	2,61	-0,17	2,85	0,05
R. A. Madeira	3,29	-0,27	-1,84	-0,29

Fonte: Elaboração do autor. Eurostat e ARDECO

Contudo, à semelhança do PIB, a capacidade de resistência da População Empregada em Portugal no primeiro período foi mais intensa para algumas regiões, tanto positivamente como negativamente, existindo regiões que superaram positivamente a tendência nacional e outras regiões ficaram aquém, ou seja, tiveram menos resistência que o país. A título exemplificativo o valor máximo atingido no P1 foi de 3,96 (Algarve) enquanto no P2 foi de 0,71 (Alto Tâmega). O mesmo se aplica nos valores mínimos, onde no P1 foi -2,88 (Médio Tejo) e em P2 -0,46 (Algarve).

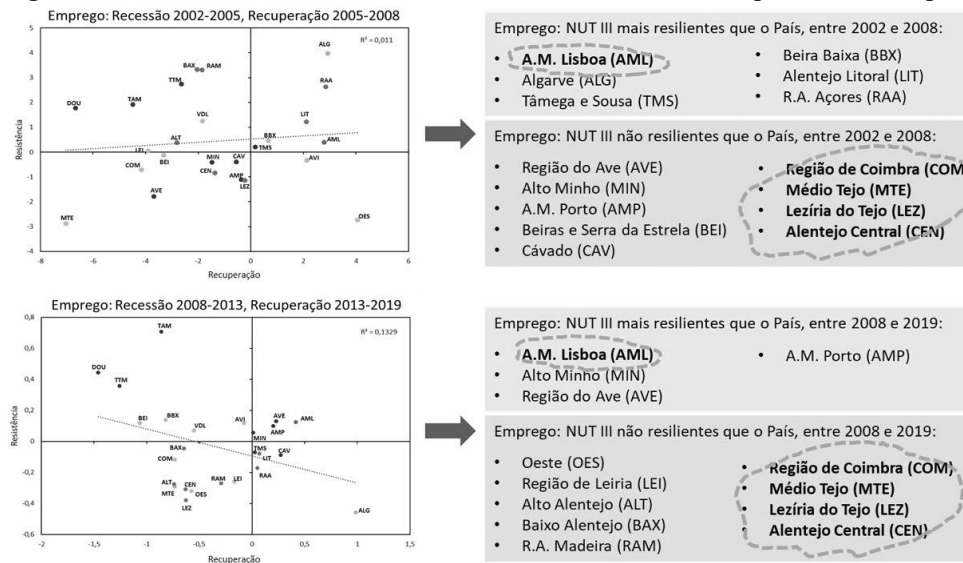
O mesmo se pode concluir ao observar os índices de recuperação, onde existiu uma redução das assimetrias regionais do primeiro período para o segundo período. Isto pode significar que as regiões têm vindo a acompanhar os valores de referência do país, demonstrando que poderá existir também uma certa tendência mais estrutural e convergente no que diz respeito à recuperação regional. A título exemplificativo o valor máximo atingido em P1 foi de 4,06 (Oeste) enquanto no P2 foi de 0,99 (Algarve). O mesmo se aplica nos valores mínimos, onde no P1 foi -7,02 (Médio Tejo) e em P2 -1,46 (Douro).

Observa-se que em termos da análise do Emprego, genericamente, no primeiro período 2002-2008, existiram reações regionalmente mais assimétricas, enquanto no período 2008-2019, decorrente da crise económico financeira, os comportamentos em termos regionais foram mais

<sup>3</sup> Nota: Em cada índice evidencia-se a cor cinzento-escuro as regiões que apresentaram valores negativos (no índice de resistência ou no índice de recuperação e a cor cinzento-claro as regiões que apresentaram valores positivos.

semelhantes ao país, pois todas as NUT III sentiram intensamente a recessão em matéria da população empregada (com intensidades muito semelhantes ao país).

**Figura 6 – Cruzamento dos índices de resistência e índices de recuperação do Emprego**



Fonte: Elaboração do autor. Eurostat e ARDECO

Na figura 6 está representada a combinação das capacidades de resistência e de recuperabilidade das regiões, tal como se fez anteriormente para o PIB.

No período de 2002-2008 torna-se evidente que foi um período particularmente penoso para as sub-regiões (NUT III) do Norte, nomeadamente aquelas que demonstram ter um tecido económico mais robusto, com valores de exportações elevados, um PIB alto e um VAB das empresas igualmente elevado. Referimo-nos, nomeadamente, à A.M. Porto, ao Ave, Cávado e Alto Minho. A única exceção na região Norte foi o Tâmega e Sousa que conseguiu ser resiliente. As restantes 3 regiões (Douro, Tâmega e Sousa e Terras de Trás-os-Montes) conseguiram ser resistentes ao impacto da recessão, mas não conseguiram ter capacidade de recuperação. Este período também foi impactante para três sub-regiões da região Centro – Região de Coimbra, Beiras e Serra da Estrela e Médio Tejo. Numa situação oposta encontram-se a A.M. Lisboa, o Algarve, o Alentejo Litoral, a R.A. Açores, a Beira Baixa e o Tâmega e Sousa, que manifestaram ser as regiões portuguesas com maiores capacidades de resiliência. A AML e o Algarve foram praticamente as únicas regiões, daquelas que detém um tecido económico aparentemente mais robusto, que obtiveram resultados positivos na resiliência.

Pode-se concluir que este primeiro período recessivo afetou em grande medida as sub-regiões da região Norte e algumas sub-regiões do Centro. Em sentido inverso, a A.M. Lisboa e o Algarve não foram muito afetadas nesta recessão.

No período de 2008-2019 aconteceu genericamente o inverso do período anterior, isto é, algumas das regiões do país com uma economia mais forte, que no período anterior não tinham sido resilientes, neste período foram as mais resilientes, nomeadamente a A.M. Porto, o Ave e o Alto Minho. Este período foi especialmente difícil para as regiões do Centro e do Alentejo, onde metade das sub-regiões do Centro não foram resilientes, incluindo Coimbra e Leiria, e 4 das 5 sub-regiões alentejanas também não conseguiram sê-lo (a única exceção foi o Alentejo Litoral).

Pode-se afirmar que as regiões portuguesas apresentaram valores mais elevados, no que diz respeito às capacidades de resistência e recuperação, no primeiro período de recessão-recuperação, registando praticamente sempre valores elevados. O mesmo se verifica nos valores mais negativos.

Ao fazer uma análise cruzada, à semelhança do PIB, consegue-se encontrar também algumas evidências:

- a A.M. Lisboa foi a única região que foi resiliente nos dois períodos, demonstrando assim as suas capacidades de resistência e recuperação, assumindo-se como a região mais resiliente em termos de população empregada. Esta resiliência poderá resultar do facto da sua base de emprego público ser percentualmente muito alta, que tendencialmente é menos suscetível a sofrer oscilações;
- no sentido oposto, a Região de Coimbra, Médio Tejo, Lezíria do Tejo e Alentejo Central foram as regiões que nunca conseguiram ser resilientes neste século;
- a A.M. Porto, o Ave e o Alto Minho partilham o mesmo perfil, não foram resilientes no primeiro período, mas foram no segundo;
- as regiões do Algarve, R.A. Açores, Tâmega e Sousa e Alentejo Litoral foram resilientes no primeiro período, mas no segundo período perderam capacidades de resistência, sendo o Algarve a região com menor resistência nesse período.

### 4.2.3 O PIB e a População Empregada (2002-2019)

Ao fazer-se uma análise cruzada dos dois períodos de resistência e de recuperação, consegue-se identificar quais as regiões que têm melhor e pior capacidade (global) de resistir às crises e também as regiões com maior ou menor capacidade de recuperação (Figura 7)<sup>4</sup>.

**Figura 7 – Resistência e recuperação do PIB e do Emprego, nos dois períodos em análise**

Resistência nos dois períodos		Recuperação nos dois períodos	
PIB	Emprego	PIB	Emprego
<p><b>NUT III RESISTENTES nos dois períodos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Douro</li> <li>• Beira Baixa</li> <li>• Viseu Dão-Lafões</li> <li>• Beiras e Serra da Estrela</li> <li>• R.A. Açores</li> </ul>	<p><b>NUT III RESISTENTES nos dois períodos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Douro</li> <li>• Beira Baixa</li> <li>• Viseu Dão-Lafões</li> <li>• A.M. Lisboa</li> <li>• Alto Tâmega</li> <li>• Terras de Trás-os-Montes</li> </ul>	<p><b>NUT III que RECUPERARAM nos dois períodos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Algarve</li> <li>• Alentejo Litoral</li> <li>• Tâmega e Sousa</li> <li>• A.M. Porto</li> <li>• Cávado</li> </ul>	<p><b>NUT III que RECUPERARAM nos dois períodos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Algarve</li> <li>• Alentejo Litoral</li> <li>• Tâmega e Sousa</li> <li>• A.M. Lisboa</li> <li>• R.A. Açores</li> </ul>
<p><b>NUT III NÃO RESISTENTES nos dois períodos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Alentejo Central</li> <li>• A.M. Porto</li> <li>• Região de Aveiro</li> </ul>	<p><b>NUT III NÃO RESISTENTES nos dois períodos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Alentejo Central</li> <li>• Cávado</li> <li>• Lezíria do Tejo</li> <li>• Oeste</li> <li>• Médio Tejo</li> <li>• Região de Coimbra</li> </ul>	<p><b>NUT III que NÃO RECUPERARAM nos dois períodos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Alentejo Central</li> <li>• Alto Alentejo</li> <li>• Médio Tejo</li> <li>• Lezíria do Tejo</li> <li>• Região de Coimbra</li> <li>• Beira Baixa</li> </ul>	<p><b>NUT III que NÃO RECUPERARAM nos dois períodos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Alentejo Central</li> <li>• Alto Alentejo</li> <li>• Lezíria do Tejo</li> <li>• Médio Tejo</li> <li>• Região de Coimbra</li> <li>• Alto Tâmega</li> <li>• Baixo Alentejo</li> <li>• Beiras e Serra da Estrela</li> <li>• Douro</li> <li>• R. A. Madeira</li> <li>• Região de Leiria</li> <li>• Terras de Trás-os-Montes</li> <li>• Viseu Dão Lafões</li> </ul>

Fonte: elaboração do autor.

Na figura 7 está presente a conjugação dos dois períodos, onde se pode visualizar as regiões de acordo com a sua performance ao nível da capacidade de Resistência e Recuperação do PIB e do Emprego nos dois períodos em análise.

Em relação à Resistência tiram-se as seguintes conclusões:

- três sub-regiões são resistentes nos dois períodos, no PIB e no Emprego – Viseu Dão-Lafões, Douro e Beira Baixa
- apenas uma sub-região não são resistente nos dois períodos, no PIB e no Emprego – Alentejo Central;
- as restantes regiões oscilam e seguem trajetórias diferenciadas.

Em relação à Recuperação tiram-se as seguintes conclusões:

- três sub-regiões recuperam nos dois períodos, no PIB e no Emprego – Algarve, Alentejo Litoral e Tâmega e Sousa;
- cinco sub-regiões têm dificuldades em recuperar nos dois períodos, no PIB e no Emprego – Região de Coimbra, Médio Tejo, Lezíria do Tejo, Alentejo Central e Alto Alentejo;

<sup>4</sup> As regiões que se encontram a negrito são aquelas que coincidem em ambos os períodos, ou na resistência ou na recuperação.

- as restantes regiões oscilam e seguem trajetórias diferenciadas.

Concluimos então, que ao comparar as duas crises a nível nacional, os impactos da 1ª crise no PIB e na população empregada são menores do que os da 2ª crise. A crise económico-financeira de 2008 foi claramente muito mais intensa, com maior duração e mais impactos. Neste sentido, como o impacto da 1ª crise foi menor e regionalmente mais heterogéneo, isto é, não foi vivenciado de uma forma estrutural pelo país, considerou-se oportuno avançar para uma análise mais pormenorizada da 2ª crise, que foi claramente muito mais intensa e transversal regionalmente, onde ir-se-á analisar a estrutura económica das sub-regiões e procurar compreender como é que esta foi influenciada, ou influenciou, a capacidade de resistência e de recuperação das sub-regiões.

#### 4.2.4 A crise de 2008 e as estruturas económicas locais

O primeiro período, entre 2002 e 2008, foi menos intenso a nível nacional que o segundo período. No segundo período, entre 2008 e 2019, o impacto da crise económico-financeira foi mais intenso e abrangente em termos temporais e territoriais. Assim, esta pesquisa vai agora focar-se só no 2º período, tendo em conta o seu carácter avassalador sobre o país, tendo marcado profundamente as diferentes NUT III.

##### 4.2.4.1 Recessão e crescimento entre 2008 e 2019

Com o objetivo de compreender a dinâmica da economia portuguesa durante o segundo período de crise, considerou-se pertinente aprofundar a análise, incorporando mais indicadores, aplicando uma Análise de Componentes Principais (ACP) e, posteriormente, uma análise classificatória hierárquica ascendente.

Numa primeira fase, tendo em vista a aplicação de uma ACP, montou-se uma base de dados por NUT III, com os seguintes indicadores: os índices de resistência para 2008-2013 e de recuperação 2013-2019, para o Emprego e para o PIB, já descritos; e as variações absolutas e relativas do Emprego e do PIB, entre 2008 e 2013 (período de recessão) e 2013 e 2019 (período de crescimento). Num total foram considerados 12 indicadores.

Em seguida, aplicou-se a ACP e obtiveram-se três fatores ou componentes principais e as respectivas *comunalidades* (Tabela 3), *a variância explicada* (Tabela 4) e os *scores* por unidade espacial (por NUT III). Depois aplicou-se uma análise classificatória aos scores das três componentes principais, tendo-se obtido cinco perfis ou classes. No final, mapearam-se os resultados (Figura 8), de forma a visualizar-se os perfis territoriais.

**Tabela 3. Comunalidades relativas às Principais Componentes Principais (ACP)**

INDICADORES	COMPONENTES PRINCIPAIS		
	1	2	3
	Perdas de Emprego e de PIB elevadas na recessão (2008 a 2013), associam-se a capacidades de recuperação do Emprego e do PIB (2013 a 2019)	Resistentes no Emprego e no PIB na recessão (2008 a 2013) evidenciam capacidade relativa entre 2013 e 2019	PIB resistente na recessão (2008 a 2013) e depois com capacidade recuperativa (2013 a 2019)
Varição absoluta do Emprego 2008-2013	-0,8	-0,4	0,3
Varição absoluta do PIB 2008-2013	-0,8	-0,4	0,4
Varição absoluta do Emprego 2013-2019	0,8	0,5	-0,2
Varição relativa do Emprego 2013-2019	0,8	-0,1	0,4
Varição absoluta do PIB 2013-2019	0,8	0,5	-0,2
Índice de Recuperação do Emprego 2013-2019	0,8	-0,1	0,4
Índice de Resistência do Emprego 2008-2013	-0,4	0,8	0,2
Varição relativa do Emprego 2008-2013	-0,4	0,8	0,2
Índice de Resistência do PIB 2008-2013	-0,4	0,6	0,5
Varição relativa do PIB 2008-2013	-0,4	0,6	0,5
Índice de Recuperação do PIB 2013-2019	0,6	-0,2	0,7
Varição relativa do PIB 2013-2019	0,6	-0,2	0,7

Fonte: elaboração do autor.

**Tabela 4. Variância total explicada pelas três Componentes Principais.**

Componentes	Total	% de variância	% variância acumulada
1	5,4	44,8	44,8
2	3,0	25,4	70,2
3	2,1	17,3	87,5

Fonte: elaboração do autor.

Foram identificadas três componentes principais, que explicam 87,5% da variância total. A primeira componente (Tabela 3 e 4), explica 44,8% da variância total. Representa perdas muito significativas, absolutas e relativas, de Emprego e PIB na recessão (2008/2013), mas também ganhos muito positivos no período da recuperação (2013/2019). Os índices de recuperação do emprego são positivos e altos e os índices de recuperação do PIB, um pouco mais baixos, mas também altos.

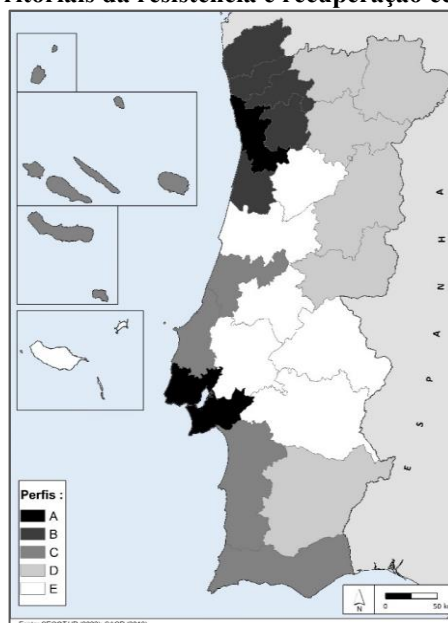
A segunda componente, explica 25,4% da variância total. Associa-se a variações relativas positivas de emprego e PIB no período recessivo (2008/2013). Já no período de crescimento (2013/2019), verificaram-se valores moderados nas variações absolutas, tanto no Emprego como no PIB. Os índices de resistência são muito elevados, tanto no PIB como no Emprego.

A terceira componente, explica 17,3% da variância total. Agrega variações relativas favoráveis no PIB, quer no período recessivo (2008/2013), quer no período expansivo (2013/2019). Esta componente é fortemente definida pelas capacidades de resistência do PIB às crises, bem como à sua recuperação.

Em seguida, aplicou-se uma análise classificatória hierárquica ascendente à matriz de *scores*, tendo-se obtido cinco *clusters* ou perfis territoriais (Figura 8 e Tabela 5).

Para esta análise, foram considerados um conjunto de indicadores ativos e outros passivos. Como ativos, foram considerados os doze indicadores que entraram na ACP e definiram os perfis territoriais. Juntaram-se à análise um conjunto de indicadores passivos, por atividade económica<sup>5</sup>: o peso das exportações, do PIB, do Emprego, para 2008, 2013 e 2019; e as variações absolutas e relativas (para 2008/2013 e 2013/2019), atendendo ao pessoal ao serviço, ao volume de negócios e aos estabelecimentos empresariais. Com esta análise é agora possível desrever as classes selecionadas com base num conjunto de indicadores caracterizadores de cada classe, de acordo com uma medida estatística: o valor-teste (V-test), que traduz o valor do desvio (em termos de variância) entre os valores das variáveis observados na classe e os valores observados no conjunto dos dados.

**Figura 8 – Perfis territoriais da resistência e recuperação económica – 2008-2019**



Fonte: elaboração do autor.

<sup>5</sup> Agricultura; Indústrias alimentares; Indústria têxtil, vestuário e couro; Indústria da madeira e cortiça; Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais; Fabricação de outros produtos minerais não metálicos; Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos; Indústria das máquinas e de equipamentos; Fabrico de mobiliário e de colchões; Construção; Comércio por grosso; Comércio a retalho; Transportes e armazenagem; Alojamento, restauração e similares; Serviços às empresas; Serviços sociais; Serviços pessoais.

Os resultados podem ser sistematizados da seguinte forma (Figura 8 e Tabela 5).

O primeiro perfil territorial, agrupa as duas **áreas metropolitanas** na mesma classe. Os índices de resistência são negativos e os de recuperação são positivos, tanto no emprego como no PIB. São territórios que perderam muito na recessão, mas demonstram grande capacidade de recuperar. Concentra-se nestes territórios, a nível nacional, um peso muito significativo do PIB (52%), do emprego (46%) e das exportações (53%). Na recessão (2008/2013), registaram-se perdas de emprego e de PIB muito significativas, mas também ganhos muito positivos no período da recuperação (2013/2019). Em 2008, destacava-se com um peso significativo das atividades do Comércio por grosso, Serviços às Empresas, Serviços Pessoais. No período recessivo (2008/2013) estas sub-regiões registaram perdas acentuadas no Comércio a retalho, Comércio por grosso, nos Serviços Sociais, na Fabricação de produtos metálicos, entre outras atividades. Mas, no período expansivo (2013/2019), houve ganhos expressivos no Comércio a retalho, no setor dos Alojamentos, restauração e similares, nos Serviços às Empresas, nos Serviços Pessoais e na Indústria das Máquinas e Equipamentos, entre outras.

**Tabela 5. Caracterização dos clusters territoriais**

Cluster	Indicadores Ativos	T-value		Indicadores Passivos	T-value
<b>Cluster A</b>  <i>Resistem mal no PIB e no Emprego</i> <i>Recuperam bem no PIB e no Emprego</i>  AREAS METROPOLITANAS	Varição absoluta do PIB (2008-2013)	-4,3	Peso nacional	Peso nacional do Emprego 2008 (%)	4,5
	Varição absoluta do Emprego (2008-2013)	-4,4		Peso nacional do Emprego 2013 (%)	4,5
	Varição absoluta do PIB (2013-2019)	4,6		Peso nacional do Emprego 2019 (%)	4,5
	Varição absoluta do Emprego (2013-2019)	4,4		Peso nacional do PIB 2008 (%)	4,3
				Peso nacional do PIB 2013 (%)	4,3
				Peso nacional do PIB 2019 (%)	4,4
				Peso nacional das Exportações 2008 (%)	4,6
				Peso nacional das Exportações 2019 (%)	4,5
				Pessoal ao serviço nos Serviços às Empresas (%)	3,5
				Volume de negócios nos Serviços às Empresas (%)	3,1
				Estabelecimentos nos Serviços às Empresas (%)	3,6
				Pessoal ao serviço no Comércio por grosso (%)	2,3
				Volume de negócios no Comércio por grosso (%)	2
				Pessoal ao serviço nos Serviços Pessoais (%)	2,2
				Varição absoluta do pessoal ao serviço no Comércio a retalho	-4,5
		Varição absoluta do pessoal ao serviço no Comércio por grosso	-4,4		
		Varição absoluta do pessoal ao serviço na Fabricação de produtos metálicos, exceto máq. e equip.	-4,5		
		Varição absoluta do pessoal ao serviço nos Serviços Sociais	-4,4		
		Varição absoluta do pessoal ao serviço no Comércio a retalho	4,4		
		Varição absoluta do pessoal ao serviço no setor dos Alojamentos, restauração e similares	4,1		
		Varição absoluta do pessoal ao serviço nos Serviços às Empresas	4,5		
		Varição absoluta do pessoal ao serviço nos Serviços Pessoais	4,3		
		Varição absoluta do pessoal ao serviço na Indústria das Máquinas e Equipamentos	4,1		
<b>Cluster B</b>  <i>Resistem bem no PIB</i> <i>Recuperam bem no PIB</i>  NOROESTE	Índice de resistência PIB (2008-2013)	2,4	Atividades	Pessoal ao serviço na Indústria Têxtil, vestuário e couro (%)	3,5
	Varição relativa do PIB (2008-2013)	2,4		Volume de negócios da Indústria Têxtil, vestuário e couro (%)	3,4
	Índice de recuperação PIB (2013-2018)	2,3		Estabelecimentos da Indústria Têxtil, vestuário e couro (%)	3,5
	Varição relativa do PIB (2013-2019)	2,3		Varição absoluta do volume de negócios na Indústria Têxtil, vestuário e couro	3,4
				Varição relativa do nº de estabelecimentos do Fabrico de mobiliário e de colchões	3,2
				Varição relativa do nº de estabelecimentos do Comércio a retalho	3,2
				Varição relativa do nº de estabelecimentos de Serviços às Empresas	3,1
				Varição relativa do nº de estabelecimentos de Serviços Pessoais	3,0
				Varição absoluta do pessoal ao serviço na Indústria Têxtil, vestuário e couro	2,9
				Varição absoluta do volume de negócios da Indústria Têxtil, vestuário e couro	2,7
<b>Cluster C</b>  <i>Resistem mal no PIB</i> <i>Recuperam bem no Emprego</i>  LITORAL centro e sul, e AÇORES	Índice de resistência PIB (2008-2013)	-2,5	Atividades	Volume de negócios da Fabricação de produtos químicos e fibras sintéticas (%)	3,2
	Varição relativa do PIB (2008-2013)	-2,5		Pessoal ao serviço na Fabricação de produtos químicos e fibras sintéticas ou artificiais (%)	2,3
	Índice de recuperação Emprego (2013-2019)	2,2		Volume de negócios do setor dos Alojamentos, restauração e similares (%)	2,7
	Varição relativa do Emprego (2013-2019)	2,2		Pessoal ao serviço no setor dos Alojamentos, restauração e similares (%)	2,7
				Varição relativa do pessoal ao serviço das Indústrias Alimentares	-2,0
				Varição relativa do volume de negócios das Indústrias Alimentares	-2,5
				Varição relativa do pessoal ao serviço no Fabrico de mobiliário e de colchões	-2,2
				Varição relativa do pessoal ao serviço na Agricultura	3,6
				Varição absoluta do pessoal ao serviço na Agricultura	3,1
				Varição relativa do pessoal ao serviço na Fabricação de produtos minerais não metálicos	3,3
				Varição relativa do volume de negócios da Fabricação de outros minerais não metálicos	3,7
				Varição absoluta do volume de negócios da Fabricação de produtos químicos e fibras sintéticas	2,4
		Varição relativa dos estabelecimentos no setor dos Alojamentos, restauração e similares	2,3		
		Varição relativa do pessoal ao serviço na Fabricação de produtos metálicos, exceto máq. e equip.	-2,4		
<b>Cluster D</b>  <i>Resistem bem no PIB e no Emprego</i> <i>Recuperam mal no PIB e no Emprego</i>  INTERIOR	Índice de resistência Emprego (2008-2013)	3,2	Atividades	Pessoal ao serviço no Comércio a retalho (%)	3,6
	Varição relativa do Emprego (2008-2013)	3,2		Volume de negócios do Comércio a retalho (%)	3,3
	Varição relativa do PIB (2008-2013)	2,0		Estabelecimentos do Comércio a retalho (%)	2,6
	Índice de resistência PIB (2008-2013)	2,0		Pessoal ao serviço nos Serviços Pessoais (%)	2,4
	Índice de recuperação Emprego (2013-2019)	-2,2		Pessoal ao serviço nos Serviços Sociais (%)	2,2
	Varição relativa do PIB (2013-2019)	-3,2		Estabelecimentos das Indústrias Alimentares (%)	2,5
	Varição relativa do PIB (2013-2019)	-2,2		Estabelecimentos no setor dos Alojamentos, restauração e similares (%)	2,4
	Varição relativa do Emprego (2013-2019)	-3,2		Varição relativa de estabelecimentos das Indústrias Alimentares	3,4
				Varição relativa do pessoal ao serviço das Indústrias Alimentares	2,6
				Varição relativa do nº de estabelecimentos nos serviços sociais	-3,0
				Varição relativa do nº de estabelecimentos no setor dos Alojamentos, restauração e similares	-2,0
				Varição absoluta do volume de negócios da Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	-2,0
		Varição relativa do pessoal ao serviço nos Transportes e armazenagem	-2,1		
		Varição relativa do pessoal ao serviço nos Serviços às empresas	-2,1		
<b>Cluster E</b>  <i>Resistem mal no PIB</i> <i>Resistem mal no Emprego</i>  VISEU DÃO LAFÕES, COIMBRA E NORTE ALENTEJO	Índice de resistência PIB (2008-2013)	-2,0	Atividades	Volume de negócios das Indústrias Alimentares (%)	2,9
	Índice de resistência Emprego (2008-2013)	-2,9		Pessoal ao serviço nas Indústrias Alimentares (%)	2,2
	Varição relativa do PIB (2008-2013)	-2,0		Pessoal ao serviço em Transportes e armazenagem (%)	2,3
	Varição relativa do Emprego (2008-2013)	-2,9		Varição relativa dos estabelecimentos das Indústrias Alimentares	-2,3
				Varição relativa dos estab. da Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	-2,8
				Varição relativa dos estabelecimentos na Agricultura	-2,4
		Varição absoluta dos estabelecimentos na Agricultura	-2,4		
		Varição relativa dos estabelecimentos no Comércio por grosso	-2,8		

Fonte: Elaboração do autor

No segundo perfil territorial, estão as sub-regiões do **Noroeste**, que manifestaram **boas capacidades de resistência e de recuperação no PIB**. Ao analisar as bases e as dinâmicas económicas sobressai: um peso muito forte da Indústria têxtil, de vestuário e do couro. Estes territórios sofreram quebras relativas no mobiliário, no comércio a retalho e nos serviços às empresas, entre 2008 e 2013, mas ainda assim, foram quebras abaixo da média nacional, posicionando-se numa situação menos desfavorável que o resto do país. Entre 2013 e 2019, a variação relativa os estabelecimentos de serviços pessoais tiveram um aumento bastante considerável e acima da média nacional, e como era expectável os indicadores da Indústria têxtil, de vestuário e do couro também sentiram variações positivas e acima da média nacional. Na recuperação os estabelecimentos empresariais aumentam noutros setores (comércio e serviços, nomeadamente).

O terceiro perfil territorial, é constituído por sub-regiões localizadas no **litoral centro e sul e nos Açores, com fracas capacidades de resistência no PIB, mas com capacidades de recuperação no Emprego** acima da média nacional. Nestas sub-regiões em 2008, o peso do setor do Alojamento, restauração e similares é significativo, e eventualmente, em algumas sub-regiões, a Fabricação de produtos químicos poderá também ser. Na recessão, diminuiu o setor Alimentar, o Mobiliário e os Produtos Metálicos. No período de recuperação (2013-2019), são os setores da Agricultura, da Fabricação de produtos químicos, e/ou os Produtos minerais não metálicos que mostraram maiores capacidades para aumentar o seu pessoal ao serviço, contribuindo para o crescimento destes sectores.

O **quarto perfil territorial**, é composto por um conjunto de sub-regiões localizadas no **interior**, que **têm capacidade de resistência no PIB e no Emprego, mas fracas capacidades de recuperação**. Nas estruturas locais, o comércio a retalho e os serviços têm um peso relevante. Entre 2008 e 2013, as perdas foram pouco acentuadas e a Indústria alimentar conseguiu mesmo aumentar. Entre 2013 e 2019, as perdas continuaram a registar-se em vários setores de atividade, não havendo recuperação.

O **quinto perfil territorial**, agrupa as sub-regiões com **fracas capacidades de resistência no PIB e no Emprego**, Viseu Dão Lafões, Coimbra e o Norte do Alentejo. Em termos de atividades, a Indústria alimentar e os Transportes e Armazenagem evidenciavam-se em 2008. Nas dinâmicas só emergem perdas: entre 2008 e 2013, a Indústria alimentar e os produtos não metálicos variam negativamente; e na fase seguinte, entre 2013 e 2019, as perdas evidenciam-se para as Indústrias alimentares, a Agricultura e o Comércio por grosso.

## 5. CONCLUSÕES

A resiliência e a recuperação entraram na agenda nacional e internacional. A Europa concebeu o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), com o objetivo de capacitar e apoiar os Estados Membros na recuperação do choque pandémico e preparara-los para eventuais choques, interligando a resiliência com a transição climática e a transição digital. Assim, é pertinente desenvolver conhecimento capaz de enquadrar medidas de políticas de base territorial dirigidas ao reforço da resiliência das regiões. Para isso, é de grande utilidade analisar de que forma as diferentes regiões portuguesas reagem às crises, quais são as menos resistentes (e as mais) e aquelas que conseguem retomar o seu crescimento económico mais rapidamente.

Este artigo pretende ser um contributo, um ponto de partida para um estudo mais aprofundado sobre resiliência regional em Portugal, procurando sistematizar em termos territoriais as dinâmicas registadas nos períodos pós crise, fazendo uma descrição analítica da resposta económica às crises de 2002 e de 2008. Neste período, Portugal ultrapassou dois períodos recessivos no que diz respeito ao PIB e ao Emprego. Normalmente, as crises recessivas do emprego são mais longas e duradouras que as do PIB, comprovando que o mercado de trabalho demora mais tempo a recuperar (*jobless recovery*)<sup>6</sup> do que o crescimento económico efetivo. Nesta pesquisa, os dados analisados para o caso português confirmam a literatura. As capacidades de resistência e de recuperação das sub-regiões portuguesas mostraram-se diferenciadas. Comparando as duas crises a nível nacional, os impactos da 1ª crise no PIB e na população empregada são menores e com menos intensidade do que os da 2ª crise. No primeiro período houve uma maior resistência, tanto no PIB como no Emprego. A recuperação foi mais positiva no PIB do que no Emprego, pois efetivamente existiu uma maior dificuldade

---

<sup>6</sup> O termo “jobless recovery” foi criado e formulado pelo economista americano Nick Perna no início dos anos 90 do século passado.

em recuperar o Emprego. A crise económico-financeira de 2008 foi claramente muito mais intensa, com uma maior duração e mais impactos em termos territoriais, destacando-se pelo seu carácter avassalador.

Relativamente à questão central desta pesquisa: as regiões portuguesas apresentam algum padrão de resistência e evidenciam níveis diferentes de recuperação regional? Podemos concluir que a resiliência das sub-regiões portuguesas é muito heterogénea. Isto reforça uma ideia, já existente, de que cada território age e reage de forma distinta às crises, sendo necessário analisar cada território, sobretudo as suas características estruturais. Os territórios reagem de forma diversa, em função do tipo de choque e recessão, mas também das suas próprias características ou capacidades.

O fomento de uma maior capacidade de resistência e recuperação deverá ser refletido tendo em consideração as características económicas e sociais das sub-regiões. Desta forma, esta pesquisa avançou para uma análise aprofundada aos impactos da crise de 2008, onde se cruzou os índices de resistência e de recuperação, com um conjunto de variáveis económicas, de modo a encontrar diferentes perfis territoriais em matéria de resposta.

Concluimos que, as áreas metropolitanas foram muito avaladas pela crise de 2008, mas também demonstraram grandes capacidades de recuperar. Têm uma estrutura económica diversificada e de considerável dimensão nacional. A sua resiliência advém da sua dimensão e elasticidade, contraem na recessão e expandem na recuperação. Em termos de atividades, perdem e depois ajustam-se. O noroeste de Portugal mostrou-se resiliente. Tendo uma base económica marcadamente especializada na indústria têxtil, vestuário e couro, este setor respondeu com resistência e uma forte capacidade de recuperação em termos de PIB. A dinâmica empresarial no comércio e serviços ajudaram na recuperação. O litoral português e os Açores, têm fracas capacidades de resistência no PIB, mas recuperam bem no Emprego. No período do crescimento, a recuperação do Emprego é explicada pela dinâmica dos sectores da Agricultura, dos Produtos químicos, dos Produtos não metálicos e dos Alojamentos e restauração. O interior português demonstrou capacidades de resistência significativas no Emprego e no PIB, em parte justificadas por uma estrutura de emprego terciária (comércio e serviços, sobretudo) e por variações pouco acentuadas, visto que são regiões com uma base económica que já tem pouco para perder (pouco Emprego e baixos níveis PIB). Entre 2008 e 2013, a indústria alimentar conseguiu mesmo crescer. Entre 2013 e 2019 não há recuperação (PIB e Emprego), porque as dinâmicas são negativas em vários setores. Tudo isto significa que estas regiões não estão a ser capazes de inverter os seus processos de perda económica. E ainda, temos as sub-regiões de Viseu Dão Lafões, Coimbra e do Norte do Alentejo que demonstraram fracas capacidades de resistência (PIB e Emprego), com perdas significativas em vários setores (nomeadamente na indústria alimentar), tanto no período de 2008-2013, como entre 2013 e 2019. São sub-regiões que se caracterizam pela sua vulnerabilidade à crise de 2008, pois resistem mal e têm dificuldades em recuperar.

Em face destas conclusões territoriais, levantamos agora algumas considerações complementares. Mesmo incorporando na análise um número significativo de indicadores, ficamos longe de uma caracterização profunda das bases económicas e das suas dinâmicas. A título exemplificativo, não incluímos alterações ou variações em matéria de produtividade do trabalho, investimentos no capital físico ou humano, ou dinâmicas relativas a possíveis processos de inovação tecnológica ou transformação de natureza setorial. Os resultados obtidos respondem significativamente aos objetivos desta investigação, mas deverão ser aprofundados no futuro, dada a necessidade de incluir outros processos de mudança, também em curso.

Esta pesquisa também evidencia a necessidade de Portugal desenvolver mais análises em matéria de avaliação da resiliência regional. É verdade que se trata de um conceito complexo, que exige uma abordagem analítica multivariada (cruzando informação económica e social), incorporando dinâmicas temporais e refletindo processos multi-escalares (dado que as crises decorrem de choques externos) e analisando os históricos regionais em matéria de reações às diferentes crises. Além disso, refletir a resiliência também implica questionar e envolver os atores regionais, para compreender melhor os processos em jogo e as possíveis medidas a adotar. No futuro, este aprofundamento torna-se, por tudo isto, fulcral.

## Referências

- Aguiar-Conraria, L., Alexandre, F. & De Pinho, M. C. (2012) O euro e o crescimento da economia portuguesa: uma análise contrafactual. In *Análise Social*, 203, XLVII (2.<sup>o</sup>), 2012, 298-321. Lisboa.
- Boschma, R. (2015) Towards an Evolutionary Perspective on Regional Resilience, *Regional Studies*, 49:5, 733-751.
- Cantante, F. (2020) A desigualdade económica e a crise existencial do país. In *Um olhar sociológico sobre a crise covid-19 em livro*. Renato Miguel do Carmo, Inês Tavares e Ana Filipa Cândido (organizadores). Observatório das Desigualdades, CIES-Iscte.
- Carpenter, S.R., Westley, F. & Turner, G. (2005) Surrogates for resilience of social–ecological systems, *Ecosystems*, 8(8), pp. 941–944.
- CDCEP (2021a) Crises na economia portuguesa - Recessão 2002-2003: Depois da euforia, a ressaca. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- CDCEP (2021b) Crises na economia portuguesa - Recessão 2008-2009: Filha da crise financeira internacional. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- CDCEP (2021c) Crises na economia portuguesa - Recessão 2010-2013: A mais longa e severa das crises. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Cellini, R. & Torrisci, G. (2014) Regional Resilience in Italy: A Very Long-Run Analysis, *Regional Studies*, 48:11, 1779-1796, DOI: 10.1080/00343404.2013.861058.
- Davoudi, Simin. 2012. “Resilience: A Bridging Concept or a Dead End?” *Planning Theory and Practice* 13(2):299–307.
- Di Caro, P. (2014). Recessions, recoveries and regional resilience: evidence on Italy. *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society* 2014, 8, 273–291 doi:10.1093/cjres/rsu029.
- Di Pietro, F., Lecca, P. & Salotti, S. (2020): Regional economic resilience in the European Union: a numerical general equilibrium analysis, *Spatial Economic Analysis*, DOI: 10.1080/17421772.2020.1846768.
- Dudin, M.N., Lyasnikov, N.V., Kuznecov, A.V. & Fedorova, I.J. (2013) Innovative Transformation and Transformational Potential of Socio-Economic Systems, *Middle East Journal of Scientific Research* 10, 1434-1437.
- European Commission (2011) *The Economic Adjustment Programme for Portugal*. Directorate-General for Economic and Financial Affairs.
- Faggian, A., Gemmiti, R., Jaquet, T. & Santini, I. (2018) Regional economic resilience: the experience of the Italian local labor systems. *Ann Reg Sci* (2018) 60:393–410
- Farto, M. & Morais, H. (2013) Portugal no furacão da crise económica. *Observare - EdiUAL*, 163 p.
- Fastenrath, S., Coenen, L. & Davidson, K. (2019) *Urban Resilience in Action: the Resilient Melbourne Strategy as Transformative Urban Innovation Policy?*.
- Fingleton, B., Garretsen, H. & Martin, R. (2012) Recessionary shocks and regional employment: evidence on the resilience of UK regions, *Journal of Regional Science*, 52, 109–133.
- Frade, C. (coord.) (2006), *Desemprego e Sobreendividamento: Contornos de uma Ligação Perigosa*, Coimbra: Centro de Estudos Sociais.
- Fratesi, U.; Rodriguez-Pose, A. (2016) The crisis and regional employment in Europe: What role for sheltered economies? *Camb. J. Reg. Econ. Soc.* 9, 33–57, doi:10.1093/cjres/rsv032
- Giacometti, A. & Teräs, J. (2019) Regional economic and social resilience: An Exploratory In-Depth Study in the Nordic Countries. *NORDREGIO REPORT 2019:2*. DOI: doi.org/10.30689/R2019:2.1403-2503.
- Giannakis, E., & Bruggeman, A. (2017) Determinants of regional resilience to economic crisis: a European perspective, *European Planning Studies*, 25:8, 1394-1415, DOI: 10.1080/09654313.2017.1319464.
- Hassink, R. & Gong, H. (2020). Regional Resilience. In: Kobayashi, A, Boyle M, Castree, N, Collins, F, Crampton J, de Leeuw, S, Ho, E, Luginah, I, Maharaj, B and J Tyner (eds.) *International Encyclopedia of Human Geography*. Oxford: Elsevier.
- Hennebry B. (2018). Regional resilience in Ireland and the existence of a two-tier recovery. *Quaestiones Geographicae* 37(4), Bogucki Wydawnictwo Naukowe, Poznań, pp. 99–110.

Hespanha, P., Ferreira, S. & Pacheco, V. (2013) O Estado Social, crise e reformas. In *A Anatomia da Crise: Identificar os problemas para construir as alternativas*. Observatório sobre crises e alternativas. Centro de Estudos Sociais. Lisboa.

Hill, E., Clair, T., Wial, H., Wolman, H., Atkins, P., Blumenthal, P., Ficenec, S. & Friedhoff, A. (2012) *Economic Shocks and Regional Economic Resilience*. Macarthur foundation research network on building resilient regions.

Holling, C. S. (1996) *Engineering Resilience versus Ecological Resilience, Engineering Within Ecological Constraints*, 31–43.

Holling, C. S. (1973) *Resilience and Stability of Ecological Systems, Annual Review of Ecology and Systematics* 4, 1-23.

Lourtie, P. (2011) Portugal no contexto da crise do euro. *Relações Internacionais*. pp. 61-105

Marques, T. S.; de Matos, F. L. (2016) Crise e vulnerabilidade social: uma leitura territorial. In *Geografia, paisagem e riscos: livro de homenagem ao Prof. Doutor António Pedrosa*. Imprensa da Universidade de Coimbra. DOI: [https://doi.org/10.14195/978-989-26-1233-1\\_9](https://doi.org/10.14195/978-989-26-1233-1_9).

Marques, T. S.; Santos, H.; Honório, F.; Ferreira, M.; Torres, M.; Ribeiro, D. (2021) "O mosaico territorial do risco ao contágio e à mortalidade por Covid-19 em Portugal Continental". *Finisterra* 55 115 (2021): 19-26.

Martin, R. (2012) *Regional economic resilience, hysteresis and recessionary shocks. Journal of Economic Geography*, 12, 1, pp. 1-32, Social Sciences.

Martin, R. & Sunley, P. (2015) 'On the notion of regional economic resilience: conceptualization and explanation', *Journal of Economic Geography*, 15, p. 1-42.

Martin, R., Sunley, P., Gardiner, B., & Tyler, P. (2016). *How Regions React to Recessions: Resilience and the Role of Economic Structure. Regional Studies*, 50(4), 561-585.

Martin, R. & Gardiner, B. (2019) *The resilience of cities to economic shocks: A tale of four recessions (and the challenge of Brexit). Regional Science. Pap Reg Sci*. 2019;98:1801–1832.

Martin, R. & Sunley, P. (2020) *Regional economic resilience: evolution and evaluation*. In: *Handbook on Regional Economic Resilience*. Edward Elgar publishing. ISBN: 978 1 78536 085 5, p. 10-35.

Martínez, Y. U., García-Lautre, I., Iraizoz, B. & Pascual, P. (2019). *Why are some Spanish regions more resilient than others? Papers in Regional Science*, Wiley Blackwell, vol. 98(6), pages 2211-2231.

Meerow, S. & Newell, P.J. (2019) *Urban resilience for whom, what, when, where, and why? Urban Geography*, 40:3, 309-329, DOI: 10.1080/02723638.2016.1206395

Moser, S., Meerow, S., Arnott, J. & Jack-Scott, E. (2019) *The turbulent world of resilience: interpretations and themes for transdisciplinary dialogue. Climatic Change* (2019) 153:21–40 <https://doi.org/10.1007/s10584-018-2358-0>.

Muštra, V., Šimundić, B. & Kuliš, Z. (2020) *Does innovation matter for regional labour resilience? The case of EU regions. Regional Science Policy and Practice. Reg Sci Policy Pract.* 2020; 12:955–970.

Oprea, F., Onofrei, M., Lupu, D., Vintila, G., & Paraschiv, G. (2020). *The Determinants of Economic Resilience. The Case of Eastern European Regions. Sustainability*, 12(10), 4228.

Palekiene, O., Simanaviciene, Z. & Bruneckiene, J. (2015) *The Application of Resilience Concept in the Regional Development Context, Procedia - Social and Behavioral Sciences*, Volume 213, Pages 179-184.

Paes Mamede, R., Pereira, M. & Simões, A. (2020) *Portugal: Uma análise rápida do impacto da COVID-19 na economia e no mercado de trabalho. Organização Internacional do Trabalho*. Junho, 2020.

Pinto, M. (2014) *A crise de dívida soberana na área do euro. Dissertação de Mestrado em Economia. Faculdade de Economia e Gestão da Universidade do Porto*.

Ringwood, L., Watson, P., & Lewin, P. (2018) *A quantitative method for measuring regional economic resilience to the great recession. Growth and Change*. 2019;50:381–402.

Sabatino, M. (2019) *Economic resilience and social capital of the Italian region. International Review of Economics & Finance*. Volume 61. Pages 355-367. ISSN 1059-0560. <https://doi.org/10.1016/j.iref.2019.02.011>.

Scheffer, M. (2009) *Critical Transitions in Nature and Society* (Princeton NJ, Princeton University Press).

Seixas, J., Tulumello, S., Corvelo, S., Drago, A. (2015). Dinâmicas sociogeográficas e políticas na Área Metropolitana de Lisboa em tempos de crise e de austeridade. *Cadernos Metrópole*. 2015, v. 17, n. 34, pp. 371-399.

Sensier, M., Bristow, G., & Healy, A. (2016) Measuring Regional Economic Resilience across Europe: Operationalizing a complex concept, *Spatial Economic Analysis*.

Simmie, J. & Martin, R. (2010) The economic resilience of regions: Towards an evolutionary approach, *Cambridge Journal of the Regions, Economy and Society*, 3(1), pp. 27–43.

Stanickova, M. & Melecký, L. (2018) Understanding of resilience in the context of regional development using composite index approach: the case of European Union NUTS-2 regions, *Regional Studies, Regional Science*, 5:1, 231-254, DOI: 10.1080/21681376.2018.1470939.

Valadas, C. (2013) Mudanças nas políticas: do (des)emprego à empregabilidade. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 102, pp. 89-110. doi: 10.4000/rccs.5479.

Walker, B., Gunderson, L., Kinzig, A., Folke, C., Carpenter, S. & Schultz, L. (2006) A handful of heuristics and some propositions for understanding resilience in socio-ecological systems. *Ecology and Society*, 11.

#### **Agradecimentos**

Esta investigação é financiada por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito da bolsa de doutoramento: 2020.07947.BD. Esta investigação teve o apoio do Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT), financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) com a referência UIDB/04084/2020.